A CRISE DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITOS E A PROPOSTA DA RAZÃO COMUNICATIVA

Rafaela Carqueijeiro Moro

Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM, curso de Direito, Marília, SP. E-mail: rafaela.cm96@gmail.com

RESUMO

A partir da consideração do direito como *médium* à interação social e tomados os pressupostos compreendidos no estudo da ação comunicativa, este artigo se propõe a apresentar uma base argumentativa ao cenário de descrença frente à crise do Estado democrático de direitos. Oportuno – e como objetivo – se apresenta neste trabalho informar e esclarecer causas e consequências da derrocada do Estado de direitos, bem como o desenvolvimento deste – talvez uma boa expressão – ciclo. Não é possível prever o futuro da sociedade, nem sequer é o objetivo deste estudo sugerir previsões, ou mesmo afirmá-las com categoria, porém, antes apresentar, fundamentalmente na visão e teorias de Jürgen Habermas, proposta de solução, tendo como destinatários os sujeitos de direitos, inseridos no campo do mundo da vida.

Palavras-chave: Direito. Democracia. Estado democrático de direitos. Crise do Estado de Direitos. Judicialização.

THE CRISIS OF THE DEMOCRATIC STATE OF LAW AND THE PROPOSAL OF COMMUNICATIVE REASON

ABSTRACT

From the consideration of Law as the *medium* to the social integration and taken the assumptions included in the study of the communicative action, this article is proposed to introduce an argumentative basis to the disbelief scenario in face to the democratic State of Law. Opportune – and as the aim – it is in this work acquaint and enlighten causes and consequences of the downfall of the Democratic State, as well as the development of this – maybe a good expression – cycle. It is not possible to foresee properly the future of the society, not even is the aim of this study to suggest predictions, or even to affirm them with category, but present before, essentially to the vision and theories of Jürgen Habermas, solution proposal, taking as addressee the concerned by the Law, inserted in the lifeworld.

Keywords: Law. Democracy. Democratic State of Law. Crisis of the democratic State. Judicialization.

INTRODUÇÃO

O direito, como *medium* de integração social e, tendo a incumbência de regulamentação de ações, visando à ordem das relações interpessoais, coloca-se como polo de uma tensão com o Estado. Isto se configura, justamente, como uma base ao Estado democrático de Direitos (DURÃO, 2009, p. 119). A política possui característica instrumental e apoia-se na legitimidade do direito para constituir um ordenamento às ações coletivas, dotado de um poder de coação (HABERMAS, 2003a, p. 170).

Essa tensão, configurada na reciprocidade das funções entre política e direito, vem embargando-se na derrocada do Estado de direitos; em uma análise, ainda superficial, podemos afirmar que estamos defronte a uma crise de representatividade, dentro da qual encontramos a judicialização do Estado, concatenando as ideias da interação entre os três poderes, em tese harmônica, sob a perspectiva do ativismo judicial (DWORKIN, 2002, 225-227).

Ainda, de forma relativamente sucinta, correlacionando o papel do direito moderno, faz-se necessária a abordagem de sua instrumentalização, conferindo a ele, dentro da tensão entre política e direito – um papel organizacional, instruindo a política através da legitimidade por ele atribuída, uma característica do direito, Estado e sociedade modernos -, que se afastam de ordens metafísicas.

Destarte, observa-se a intersubjetividade conferida aos indivíduos em uma socialização horizontal, no que tange os discursos jurídicos (DURÃO, 2009, p. 119-120).

Em suma, tomados esses pressupostos e tendo o mundo da vida como subjacente a estas questões analisa-se a essência democrática e da representatividade como uma ideia de interligação e autocompreensão dos indivíduos a ela concernidos; assim, a questão da autolegislação – hoje, de certa forma, “à margem” da democracia (HABERMAS, 2003b, p. 59-60) – estatui-se como integrado ao direito pelo *medium* linguístico. Habermas, neste contexto, apresenta a teoria do discurso e o conceito procedimental de democracia, levando, mais especificamente, em conta o cerne das autonomias públicas e privadas a uma “interpretação do processo democrático”, garantindo tais autonomias, porém, de antemão, prevendo uma articulação dos discursos com base nas experiências de cada grupo socialmente constituído. (SILVA, 2013, p. 88).

Assim, o objetivo deste estudo foi compreender o cenário em que os indivíduos (sujeitos de direitos) estão inseridos, concatenando as características nele contidas, de forma a se apresentar uma proposta de solução à problemática, fundamentalmente, da crise do estado

democrático de direitos e, por conseguinte, à de representatividade, mediante o estudo da teoria habermasiana de razão/ação comunicativa.

A razão comunicativa, em síntese, propõe-se a assegurar a subjetividade dos indivíduos envolvidos em um dissenso, de forma que estes alcancem o consenso através da intersubjetividade mediada pela razão, em contrapartida à razão estratégica, na qual já estão definidos os fins. Assim explica Habermas o conceito de agir comunicativo:

“O conceito de agir comunicativo, que leva em conta o entendimento linguístico, como mecanismo de coordenação da ação, faz com que as suposições contrafactuais, dos atores que orientam seu agir por pretensões de validade adquiriram relevância imediata para a construção e manutenção de ordens sociais: pois estas *mantém-se* no modo de reconhecimento de pretensões de validade normativas. Isso significa que a tensão entre facticidade e validade, embutida na linguagem e no uso da linguagem, retorna ao modo de integração de indivíduos socializados comunicativamente – devendo ser trabalhado pelos participantes. Essa tensão é estabilizada de modo peculiar na integração social realizada por intermédio do direito positivo” (2003a, p.35)

Compondo o mundo da vida como fundamental à coordenação e estabilização da ação social, de forma que a ação comunicativa toma a racionalidade como premissa ao pleno entendimento, à intersubjetividade, temos que:

“O mundo da vida, as instituições que surgem naturalmente e o direito têm que amortizar as instabilidades de um tipo de socialização que se realiza através das tomadas de posição [...] com relação a pretensões de validade criticáveis.” (HABERMAS, 2003a, p. 25).

Assim, através deste estudo, pretendo inserir tais premissas, interligadas ao papel integrador do direito na sociedade tomando por base o cenário atual.

METODOLOGIA

A metodologia compõe-se, basicamente, em uma profunda análise bibliográfica, sobretudo das obras de Jürgen Habermas, onde encontramos discussões fundamentais à compreensão ligada aos objetos de estudo deste artigo, atrelados e inseridos no mundo da vida, de forma a, junto a uma análise empírica, definir uma linha de raciocínio, chegando, assim, a um resultado mais claro e preciso.

No que tange os objetos de estudo na pesquisa apresentados, o aprofundamento de uma discussão é de suma importância, sendo imprescindível instigar os destinatários – que, aqui, de certa forma pretenciosa, compreende a todos os sujeitos de direitos – a, também, refletir,

despertando análises críticas, que, além de enriquecer a discussão, atingiriam um dos objetivos deste estudo, a saber, o raciocínio (razão).

Os resultados consistem, da mesma forma, no desfecho das análises do campo teórico e empírico, apresentando os desdobramentos dos objetos no mundo da vida, bem como propostas de solução – principalmente no que se refere à ação comunicativa.

RESULTADOS

Realizados os estudos e análises bibliográficos, considerando os pressupostos já pertinentes em uma análise empírica, há que se pensar em uma solução à crise de representatividade observada no país; contida na dissolução do Estado democrático de direitos, citada crise se configura de forma que os próprios indivíduos não se consideram como autores e destinatários das normas instituídas, problema analisado por Habermas.

A crítica de Habermas ao sistema jurídico moderno, como um instrumento, mesmo que ambíguo, de integração social pode e deve atribuir uma organização, ante a dificuldade de se chegar a consentimentos; havendo a efetiva comunicação e compreensão das ideias e ideais da sociedade e tendo os indivíduos as características tanto de destinatários como emissores das vontades, resultando na legitimação da vontade social, estaríamos frente à representatividade que necessitamos.

Isto posto, temos a razão comunicativa como proposta de solução destes dissensos encontrados na sociedade, pelo *medium* linguístico inserido no contexto do sistema do direito.

Até mesmo o próprio Estado é responsável pela transgressão dos direitos do cidadão; visto que o sistema de divisão dos poderes do Estado está corrompido, suscitando o desequilíbrio das relações e seguranças, recorre-se ao sistema judiciário para garantir direitos inerentes aos cidadãos, há uma aproximação do direito e os indivíduos, para conter os conflitos gerados até mesmo pelos poderes. O reconhecimento

DISCUSSÃO

Frente ao estudo apresentado, considero necessário iniciar a discussão a partir das premissas apresentadas no que tange a razão comunicativa. Jürgen Habermas demonstra, através de sua teoria, a necessidade de os sujeitos encontrarem a solução de conflitos, em um consenso, através da intersubjetividade, o reconhecimento e aceitação de proferimentos com pretensão de validade e racionalmente criticáveis. (HABERMAS, 1990, p. 77). Assim, de forma sucinta:

“A teoria do agir comunicativo tenta assimilar a tensão que existe entre facticidade e validade [...] preservando, de um lado, o engate na interpretação clássica de um nexos entre sociedade e razão [...] e, de outro, não abandona a condução consciente na vida.” (HABERMAS, 2003a, p. 25).

No tocante aos âmbitos de autonomias pública e privada, penso, por bem, ser necessária sua diferenciação neste tópico; em uma breve explicação, é possível assimilar a primeira à soberania popular, de forma a destacar a questão da cidadania e participação na esfera pública (SILVA, 2015, p. 166); a segunda, por sua vez, caracteriza-se pelo ideal da autonomia, baseada no exercício dos direitos civis, como autores e destinatários dos direitos – sendo fundamental, para Habermas, que os indivíduos assim se reconheçam (HABERMAS, 2003a, p. 157). Tomando como fundo o Estado democrático de direitos, há que se estabelecer o elo entre aquelas esferas: os direitos humanos, estes, em seu sentido mais abrangente, como elemento inerente aos indivíduos. Há que se falar, assim, na autodeterminação, conectando a essência do direito ao Estado democrático de direitos (HABERMAS, 2003a, p. 128-129).

Tendo em vista a dispersão da soberania entre as esferas públicas, em suas redes de comunicação, deparamo-nos com a ideia suscitada por Habermas da teoria do discurso, orientado na tomada de decisões e administração das instituições do Estado de direitos (DURÃO, 2009, p. 119). O Estado de direitos, em epígrafe ao que foi dito na introdução deste trabalho, está constituído na tensão entre direito e política, na complementaridade das funções de ambos.

A formação dos direitos – ou sua fundamentação – dá-se pela teoria do discurso, uma vez que, de forma resumida, antes de concluirmos tal questão:

“Partimos da história dos dogmas do direito subjetivo, a fim de mostrar como a legitimidade surge paradoxalmente da legalidade; desenvolvemos, a seguir, um modo próprio de interpretar o conceito de autonomia, na linha de uma teoria do discurso, o qual torna possível reconhecer o nexos interno entre direitos humanos e soberania do povo. Pesquisamos, finalmente, a relação complementar entre direito e moral, a fim de esclarecer a determinação formal que permite distinguir entre normas jurídicas e normas gerais da ação” (HABERMAS, 2003a, p. 155).

Dado o cenário de descrença para com a estabilidade social e democrática – e, assim, também, a legitimidade – por parte dos próprios indivíduos nela inseridos, inerente à desigualdade da sociedade moderna, integramos o *medium* do direito como um “instrumento de colonização do mundo da vida”, pertinente ao que tratamos por “juridificação”, mais especificamente em se tratando do mundo da vida, sofrendo as relações interpessoais cada vez mais interferência daquela. (DURÃO, 2008).

Retomo e ressalto o que Habermas trata por “ação comunicativa”, a fim de compreender a extensão das discussões em torno do Estado democrático de direito, àquela, atribuindo e atrelando-se a força dos atos ilocucionários, sendo, assim, também possível determinar uma nova interação entre a facticidade e validade – isto coordenado pelo *medium* linguístico, tão logo formando um caráter coordenador da ação.

Por conseguinte, observamos a necessidade dos indivíduos de atingir um grau de representatividade, exteriorizado na busca do poder judiciário a assegurar a dignidade humana e efetivação dos direitos àqueles inerentes. A judicialização, assim, apresenta-se como – resultando no desequilíbrio dos poderes –, de forma paradoxalmente necessária. Podemos, então, retomar o papel do direito moderno como estabilizador das relações, como afirma Habermas.

Indispensavelmente, a abordagem da razão comunicativa apresenta-se como esteio à problemática apresentada. A partir da intersubjetividade e a coordenação das ações inseridas em uma premissa de consenso ordenado pelo *medium* linguístico de argumentos com pressupostos de validade criticáveis, as discussões tomariam uma forma de contraposição à razão estratégica; deste modo, a compreensão das ideias, dentro de uma sociedade, deve ser mediada pelo direito moderno, em sua característica integradora, visando o aprimoramento das relações intersubjetivas e a efetiva democracia dentro do estado de direitos.

CONCLUSÃO

Assim, tomadas todas as premissas, estudadas as teorias e analisadas as problemáticas apresentadas, podemos verificar a necessidade, dentro da estrutura social atual,

Tendo como premissas os processos reconstrutivos das condições da integração social, é possível uma coordenação das ações dos indivíduos; a partir do agir comunicativo, nele inserido tal coordenação, temos a reconstrução e manutenção das ordens sociais, de maneira que, pelas pretensões de validade tomadas nas discussões interpessoais, haja uma socialização comunicativa.

Desta compreensão do entendimento linguístico, suscitado na força dos atos ilocucionários no mundo da vida, surge, posteriormente, a legitimidade do direito, como *medium* linguístico, observada não só na coordenação com o Estado, mas na integração dos atores sociais.

Isto posto, temos a racionalidade como premissa a uma legitimação efetiva do Direito e a garantia dos direitos fundamentais, da defesa da dignidade humana a partir do agir comunicativo (razão comunicativa).

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: Uma defesa das regras do jogo**. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz & Terra: 2015.

DURÃO, Aylton Barbieri. **Habermas: os fundamentos do Estado democrático de direitos**. Marília: Trans/Form/Ação. V.32, n. 1, p.119-137, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-317320090000100008&lng=en&nrm=rso Acesso em: 06 de agosto de 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-317320090000100008>

_____. A tensão interna entre facticidade e validade no direito segundo Habermas. In: MARTINS, Clélia Aparecida; POKER, José Geraldo (Org.). **O pensamento de Habermas em questão**. Marília: Oficina Universitária Unesp, 2008.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Trad.: Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós metafísico: Estudos filosóficos**. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

_____. **A inclusão do outro: Estudos de teoria política**. Trad.: George Sperber, Paulo Astor Soethe. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Vol. I. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

_____. **Direito e Democracia: Entre facticidade e validade**. Vol. II. Trad.: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b.

SILVA, Luciano Braz da. A função do direito no mundo da vida: linguagem, emancipação e reconhecimento. **Revista Direito e Liberdade**, Natal, v. 15, n. 3, p. 85-115, set/dez, 2013. Quadrimestral.

_____. Democracia e Comunidade Jurídica: ações, deliberações, ética e responsabilidade. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 1015, p. 141-172.